

## POLÍTICA, EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA NO BRASIL: problemas das heranças da cultura romana

Luiz Antônio de Faria<sup>1</sup>  
Sabrina Fonseca Ingênilo Moreira Dantas<sup>2</sup>

Data de Submissão 18 mar. 2026.

Data de Aprovação 25 mar. 2026.

### Considerações iniciais

O presente texto visa evidenciar, por meio da investigação bibliográfica, os problemas da política, educação e violência no Brasil, tidas como heranças da cultura romana aos brasileiros, intermediadas pelos Portugueses invasores da Terra dos povos originários, a partir de 22 de abril 1500, quando, primeiramente, tais invasores a denominaram de *Ilha de Vera Cruz*.

Em sua primeira parte, este trabalho investiga o choque da cultura dos donos da terra, chamada hoje de Brasil, os indígenas, com a cultura dos portugueses, fato que resultou na violência física, moral e psicológica do invasor sobre os dominados. Tal violência é uma herança cultural romana praticada na relação senhores e escravos, estes primeiramente indígenas de 1500 a 1550 e, a partir daí, também os negros traficados da África. Esse modelo de relação entre dominantes e dominados evoluiu para o formato de relação patrões e empregados, que quando é realizada de forma autoritária pode levar a migração dos empregados para uma nova forma de emprego que hoje é conhecida como microempreendedor.

Este trabalho, em sua segunda parte, realiza um estudo acerca de causas da ignorância dos mais pobres, como estratégia de manutenção poder dos ricos e políticos sobre a maioria pobre, com raízes no regime escravocrata brasileiro. O fato histórico mais evidente tem sido o fracasso da Educação no Brasil que permeia toda sua História, até esta segunda década do século XXI, quando os estudantes pobres acabam por desistir dos estudos ofertados pela escola pública para se dedicarem

---

<sup>1</sup> Mestre em Administração e Regulação da Educação Superior; Especialista em Docência na Educação Superior; Licenciado em Letras: Português, Inglês e suas respectivas literaturas. Pró-reitor e Professor do Centro Universitário Alfredo Nasser.

<sup>2</sup> Doutora em Medicina Tropical e Saúde Pública; Bacharel em Biomedicina. Assessora da Pró-reitoria de Relações Institucionais do Centro Universitário Alfredo Nasser; Professora do Centro Universitário Alfredo Nasser; Editora Adjunta da Editora Alfredo Nasser.

muito cedo à mão de obra mal remunerada, ou ao microempreendedorismo, que pouco exige qualificação profissional especializada.

A terceira e última parte deste estudo trata da falta de visão humanitária da classe dominante e dos representantes do povo. Vale dizer que a classe rica dominante e os representantes do povo desenvolvem projetos de poder gananciosos e estabelecem uma relação de parceria, em que os primeiros financiam e os demais que disseminam o assistencialismo à grande maioria das pessoas pobres e dessa forma, mantêm parte dessa população afastada de uma educação de qualidade, que verdadeiramente melhoraria a qualidade de vida dessa classe. Estas pessoas, em suas condições de abandono, com baixa escolaridade ou semianalfabetas, sobrevivem em periferias urbanas ou da zona rural, em moradias improvisadas ou alugadas por baixos preços, não estão em condições nem físicas nem psicológicas para manifestar consciência política, nem as noções dos próprios direitos. Tais fatos sociais brasileiros permitem a manutenção dos mesmos ricos e políticos em seus postos de soberania, gerações após gerações, os quais prometem ajuda aos pobres que trabalham como servos fieis, para viverem também de esperanças em promessas, gerações após gerações.

Foi assim que os romanos se organizaram e lutaram com a força bruta da espada, até expandirem tanto os espaços geográficos com riquezas a serem exploradas que depois de um período de mais de mil anos, não conseguiam mais nem administrá-los, nem manterem as relações difíceis entre patrícios e plebeus e escravos.

## **1 Violência física, moral e psicológica: instrumentos de dominação**

A invasão do Brasil pelos Portugueses trouxe em sua cultura as imposições das influências da herança cultural greco-romana em conquista de espaços geográficos para exploração exclusiva das riquezas naturais a custo de mão de obra escrava, sem nenhuma qualificação educacional formal.

O mesmo modelo agrário romano da região do Alentejo, herdado pelos portugueses, foi séculos mais tarde, com poucas modificações, transferido para o nordeste do Brasil durante o ciclo da cana-de-açúcar. A casa grande substituiu a *villa*. A ocupação romana do Lusitânia, que duraria cerca de 400 anos, influenciou profundamente a formação de Portugal, a composição étnica de seu povo, seu sistema jurídico, sua estrutura fundiária, a disposição de suas cidades. Isso, sem

esquecer que foi o triunfo romano sobre a região que deu origem à Língua Portuguesa, *A última flor do Lácio*, na expressão de Olavo Bilac. Se não fossem os romanos, talvez nós, brasileiros, estivéssemos falando fenício, grego ou celta...

Acerca dessa invasão portuguesa ao território brasileiro, Lins, Alves Brasil e Cabecinhas (2024, p. 1) argumentam:

Enquanto para muitos portugueses o período dos “Descobrimentos” é percebido como “idade de ouro” da nação, suscitando emoções como orgulho ou fascínio, o mesmo não sucede entre brasileiros, cujos sentimentos também incluem a indiferença, revolta ou decepção (*sic*). No Brasil, há referências ao massacre dos povos originários e outras violências resultantes da “invasão”.

Essa forma de apropriação de terras começa pelo nome Brasil, em razão da madeira cor de brasa, furtada ou roubada no início da colonização. Os donos da terra, chamados de ‘indígenas’ que resistiram foram assassinados; os homens que se renderam foram escravizados; e, as mulheres, rendidas, violentadas e escravizadas. A violência física, moral e psicológica no Brasil é a citada herança que permeia toda a história, a partir da escravização dos nativos brasileiros. Os colonizadores montados em seus cavalos atiravam nos índios e as índias corriam e eram lançadas, numa cena cruel e criminosa, o que deu origem à frase ainda dita até hoje: ... *minha avó foi pega no laço*. A violência contra as mulheres no Brasil é uma constante em toda a sua história, até os dias de hoje. Mesmo a Lei 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha) e a criação do Ministério das mulheres que devem garantir a proteção a todas elas, ainda não se efetivam e o vergonhoso problema está para ser resolvido.

Os portugueses dizimaram várias tribos indígenas em conflito, por esses recusarem o trabalho escravo. Exemplos delas são os tupis, jê, aruaques e caraíbas. Entretanto, como afirma Higa (2025, p.1) o fracasso da escravização dos indígenas fez com que os portugueses resolvessem o problema da escassez de mão de obra por meio da escravização dos negros da África.

Silva (2025) afirma condições das viagens eram extremamente desumanas. Os porões escuros, e muito sujos eram tão baixos que os africanos não conseguiam ficar em pé e, tão apertados que ficavam na mesma posição durante muito tempo, com dificuldades até para respirar. A má alimentação, sem vitaminas, causava doenças que proliferavam, como o escorbuto e outras.

Mello (1983, p. 171-172) afirma que mesmo na primeira metade do século XIX, de cem embarcados da África para o Brasil, a mortalidade mínima durante a

viagem era de dez jogados no mar, como se fossem mercadorias com defeito. A mortalidade mínima no mercado de escravos junto ao porto durante o período de intermediação, a exemplo do *Mercado de Volongo*, no Rio de Janeiro, era de quinze e a mortalidade durante o percurso do litoral à fazenda de café, onde iriam trabalhar, era de onze, numa soma de trinta e seis, e numa resultante em que da compra de cem, apenas oitenta e nove chegavam à fazenda. E, dos oitenta e nove, depois do período de três anos de aclimação, restavam apenas vinte e cinco deles em atividade.

A rotina dos escravos foi permeada pelos violentos castigos morais, físicos e psicológicos, nas casas de seus donos, nas fazendas e em praça pública. Em combate a tais violências, Silva, D. N. (2025, p. 1) esclarece que houve resistência à escravidão por meio de revoltas, não só contra a escravidão, mas também como instrumento de barganha, para diminuir excessos de tirania dos senhores e crueldade dos feitores.

Mello (1983, p. 168), depois de um minucioso estudo, escreveu: “Os resultados que encontramos para a expectativa de vida ao nascer de um escravo do sexo masculino - que estimamos entre 18 e 23 anos - sustentam as interpretações que apontam as condições de mortalidade vigentes no Brasil [...]” Essa média é semelhante à expectativa de vida também das mulheres escravas.

AUDI, Amanda (2025, p. 1) denuncia uma prática dissimulada de todo o período e escravidão no Brasil, em que as mulheres negras eram obrigadas a engravidar continuamente e homens mais fortes e saudáveis eram forçados a assumir a função “reprodutores”. Os bebês ficavam poucos meses sob os cuidados da mãe e retirados delas para serem vendidos pelos senhores de escravos, como mercadorias, como acontece em uma fazenda de criação de gado. Essa autora ainda diz que pesquisador e jornalista Laurentino Gomes cita duas fazendas de reprodução de escravos: *Remígio*, na Paraíba, e *Mangaratiba*, no Rio de Janeiro. Ele acredita que havia outras espalhadas pelo interior do país. A violência física, moral e psicológica no Brasil é a citada herança que permeia toda a história, a partir da escravização dos nativos brasileiros.

Joaquim Nabuco, Luís Gama, José do Patrocínio e André Rebouças travaram uma luta incansável pela libertação dos escravizados por meio de leis. A Lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro de 1850, proibiu o tráfico de escravos; a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, estabeleceu que os filhos de escravizados nascidos a partir daquela data seriam considerados livres, embora ainda

permanecessem sob a tutela de seus senhores até atingirem certa idade; e, a Lei dos Sexagenários de 28 de setembro de 1885, concedeu liberdade aos escravizados que completassem ou tivessem completado 60 anos de idade, embora muitos escravizados morressem muito antes. A escravidão dos negros perdurou por 358 anos até Lei Áurea de 13 de maio de 1888, da Princesa Isabel.

Entretanto, depois da libertação, o Governo brasileiro ignorou e continua a ignorar a situação dos negros que ficaram sem amparo do Estado e iniciaram a ocupação de espaços quase inóspitos como nos morros do Rio de Janeiro, periferias das cidades e nos quilombos já existentes, sem escolarização e sem emprego formal. Conforme dados do Censo de 2022, são 12,4 mil favelas distribuídas por 656 cidades nas cinco regiões do Brasil que abrigam 16,4 milhões de habitantes, 8,1% da população brasileira.

Andrade (2024, p. 1) diz que “[...] os escravizados chegaram a compor 75% da população em lugares como o Recôncavo Baiano, por exemplo [...]”. Croquer (2022) relata que o número de brasileiros negros e pardos tem crescido e já corresponde a 53,5% da população, segundo os dados do Censo 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para Ferreira Júnior (2024), a primeira consequência da escravidão no Brasil é a violência que marca a sociedade. Todos esses fatos aceleraram a escalada crescente das diferenças de poder entre classes sociais e, em consequência a expansão da violência, até colocar o Brasil como o 16º país mais perigoso ou violento do mundo e o 5º em feminicídios. Nessa segunda década do século XXI, são assassinados cerca de 50 mil brasileiros a cada ano.

Prova da violência no Brasil é o fato de a maioria dos jornais impressos e das televisões brasileiras se ocuparem prioritariamente em mostrar todos os tipos de atos de violência, em razão da máxima audiência que provocam a exemplo do Jornal *Cidade Alerta*. Essa máxima audiência justifica-se porque a maioria dos brasileiros já foram vítimas de algum tipo de violência e projetam nos fatos mostrados pela TV as suas próprias indignações. É muito comum ouvir frases como: “O Jornal Y pinga sangue.”; “Você viu o caso X no Jornal Y?”. A violência dos brasileiros tem como instrumentos de suas ações, além de um aparato de armas utilizadas de modo ilegal, um amontoado de leis descumpridas e as linguagens da destruição.

A língua sempre foi o maior patrimônio imaterial de qualquer povo. Por isso, a maior herança Greco-romana para os brasileiros é a Língua Latina que deu origem à

Portuguesa, acrescida as influências indígenas e africanas. A Língua Latina, a arquitetura, a arte e a literatura romanas influenciaram idiomas da Europa, todos os idiomas da América Latina e ainda é estudada como língua morta. Um evidente exemplo de dependência da Língua Latina está na quantidade de termos em Latim utilizados de forma *ipsis literis* pelos profissionais do Direito brasileiro, certamente por não encontrarem outras expressões correspondentes em significados. O Latim vulgar dos escravos, plebeus e soldados romanos é rico em termos apropriados a confrontos verbais para ofensas mútuas.

Lácio (em latim: *Latium*) é uma região central da Itália onde residiam as tribos latinas, e na qual foi fundada a cidade de Roma até se tornar capital do Império Romano, cujo principal meio de manutenção da economia era o trabalho escravo. O enfraquecimento dos princípios morais e éticos, a corrupção, o extremo egoísmo e a atenção aos seus próprios interesses fazia com que a elite política e econômica ignorasse o bem-estar dos plebeus e escravos. A dependência do trabalho escravo permitia que a elite romana acumulasse enormes riquezas, ao mesmo tempo em que exacerbava as desigualdades sociais, o que resultava em revoltas de escravos prisioneiros de guerra, sequestrados por piratas ou vendidos pelos próprios pais em tempos de necessidade.

A violência herdada dos romanos também é tema de obras clássicas da Literatura Brasileira. Segundo Bezerra (2018, p. 1), o tráfico de negros durou 300 anos, iniciado a partir de 1550 e, acelerado em 1560, quando o Brasil tornou-se o país no mundo que mais comprou escravos negros da África, ação proibida pela Lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro de 1850, não por vontade do Governo, mas para manter suas boas relações com o Reino Unido (...para inglês ver..., no jeito brasileiro). Em decorrência disso, o Governo brasileiro do Imperador Dom Pedro II continuou, ainda, permitir a entrada de escravos no seu território. Sensibilizado com o fato, Castro Alves (14/3/1847 – 6/7/1871), escreveu em 1868 e declamou o poema *Navio Negreiro* no teatro, em tertúlias e saraus, com a intenção de conscientizar a elite brasileira acerca dos horrores da escravidão. No Tomo IV: *Tinir de ferros... estalar de açoite... / Legiões de homens negros como a noite,/ Horrendos a dançar.../ Negras mulheres, suspendendo às tetas / Magras crianças, cujas bocas pretas / Rega o sangue das mães:/Outras moças, mas nuas e espantadas,/ No turbilhão de espectros arrastadas,/ Em ânsia e mágoa vãs!*

No soneto *Língua Portuguesa*, primeiro verso: *Última flor do Lácio, inculta e bela*, Olavo Bilac (1865 - 1918) refere-se ao idioma português: a última língua

derivada do Latim Vulgar falado por soldados incultos e pessoas da pobreza na região italiana de nome *Lácio*, ou seja, romanos que viveram do poder e sob o poder da espada. No verso *És, a um tempo, esplendor e sepultura*, Bilac louva o *esplendor* do nascimento de uma nova língua, resultante do desuso ou sepultamento violento do Latim. Em outro verso: *Amo-te, ó rude e doloroso idioma*, o citado Poeta alude à tarefa de impor o idioma ainda a ser moldado, *rude*, aos escravos indígenas e africanos, de modo *doloroso* ao destruir suas culturas. Essa imposição é outra denúncia da forma violenta, com que os invasores portugueses se utilizaram da mão de obra escrava no Brasil.

Nesse contexto histórico da violência, citam-se 10 livros, que ao longo da história, tratam desse mesmo tema, tais como: 1 *Cidade de Deus*, de Paulo Lins: romance adaptado com muito sucesso para o cinema, um tratado antropológico social e cultural acerca da violência urbana, uma revelação de diferentes raízes e caules a dar sustentação a esta tragédia social no Brasil; 2 *Capão Pecado*, de Férrez: as favelas cariocas; 3 *Oeste, A Guerra do Jogo do Bicho*, de Alexandre Fraga: violência urbana e corrupção, guerra entre bicheiros, antes da ascensão do tráfico, e hoje das milícias; 4 *Elite da Tropa*, de Rodrigo Pimentel e Luiz Eduardo Soares: o inferno cotidiano da violência e corrupção; 5 *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca: regime ditatorial que buscava esconder a realidade da violência urbana e a degradação social, expõe aquilo que não era para ser exposto; 6 *Esta Terra Selvagem*, de Isabel Moustakas: a violência urbana com raízes na intolerância e no ódio banal, o cenário da metrópole paulista, rancores e ressentimentos; 7 *O Tribunal de Quinta-Feira*, de Michel Laub: mundo virtual amplia as cidades, um local violento; 8 *Eles Eram Muitos Cavalos*, de Luís Rufatto: a metrópole e sua violência social; 9 *O Sol na Cabeça*, de Geovani Martins: a violência a que estão mergulhados os moradores das favelas cariocas; 10 *Sobrevivendo no Inferno*, por Racionais MCs: trata do disco e do *rap dos Racionais*, a culturais da periferia brasileira, maior vítima da violência urbana e caos social.

No Brasil, entendam-se os dizeres de Silva, M. P. (2010, p. 3): “Ser mulher, e ser escrava dentro de uma sociedade extremamente preconceituosa, opressora e sexista, é reunir todos os elementos favoráveis à exploração, tanto econômica quanto sexual, e também ser o alvo de humilhações da sociedade nos seus diferentes seguimentos”. A autora (2010, p. 3) adita:

[...] Não seria, no entanto, descabido identificar na prática do aborto e do infanticídio uma forma de resistência da escrava seja às péssimas condições oferecidas à procriação, seja ainda a inevitável condição escrava que legaria em herança aos filhos. Os infanticídios, vistos sob esse prisma, seriam, sobretudo, a única e trágica forma visualizada pela mãe escrava para livrar seus filhos da escravidão.

A cultura escravagista do Império Romano estende-se ao Brasil, quando observadas as brutalidades que aparecem também nos jornais brasileiros, apontado por SILVA. Maria da Penha (2010, p. 4), como é o caso do jornal *Emancipador*, que a 5 do mês de maio de 1883, apresenta a nota seguinte.

Os jornais já estão cansados de anunciar que em vários lugares os abolicionistas estão arrancando das famílias, escravinhas honestas, que prometem alforria quase de graça, e escolhem sempre as mais galantes e jeitosas para utilizarem-se de seu corpo, e depois de saciada a sua brutal sensualidade, as expõem as garras da prostituição sub conditione de repartirem o rendimento (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Parahyba, 05 de maio de 1883).

Silva, M. P. (2010, p. 4) diz ainda, que “a sociedade escravista do século XIX foi palco de lutas, resistências e de interesses escusos. Lugar onde submissão e obediência camuflavam estratégias de resistências que garantiam a sobrevivência de mulheres e homens negros”.

Uma contradição estudada por Pereira (2018, p. 14) é o fato de que escravidão negra no Brasil tornou-se um meio de estruturação da sociedade e da economia colonial e um sistema hediondo de exploração humana, para estar ligado e aprovado pela Igreja Católica, criada para promover a fraternidade, a justiça e a paz entre os homens. Os jesuítas defenderam a liberdade dos nativos, mas foram a favor da escravidão negra, a ponto de permiti-la de se utilizarem dela em suas fazendas e outros negócios.

Decorridos dois séculos da Independência do Brasil, a falta de cumprimento dos direitos dos povos indígenas ainda é evidente. Exclusivamente com a intenção de exemplificar, atente-se à ocorrência seguinte, durante o Governo de Jair Bolsonaro. Os noticiários acerca do assunto não enunciam o descumprimento dos direitos dos indígenas, como os vistos a seguir, no jornal Estadão, SP (2024, p. 1).

Segundo Leonardo Sakamoto, “Jair Bolsonaro tem deixado claro seu incômodo com os direitos das populações indígenas aos seus territórios desde que era apenas deputado federal. Agora, no controle do Poder Executivo, dá início a uma ofensiva contra esses povos que tem tudo para repetir as ações de consequências genocidas levadas a cabo na ditadura militar ao negar-lhes terras, forçar sua aculturação, dificultar acesso a

alimentos e permitir a exploração econômica de seus territórios por terceiros, mesmo à revelia”. Em novembro de 2019 o Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos e a Comissão Arns apresentaram denúncia ao Tribunal Penal Internacional acusando Jair Bolsonaro de “crimes contra a humanidade” e “incitação ao genocídio contra os povos indígenas do Brasil”. [...] Sydney Possuelo, ex-diretor da Funai e defensor dos direitos indígenas, disse que “a situação dos povos indígenas do Brasil nunca foi boa. Mas, durante 42 anos de trabalho na Amazônia, este é o momento mais perigoso que já vi”. David Karai Popygua, porta-voz dos guarani, declarou: “É como se nós, agora, fôssemos um alvo do Governo a ser eliminado”.

Ainda como exemplificação, depois dessa ocorrência acima citada, é notório que também no Governo sucessor de Jair Bolsonaro, o de Luiz Inácio Lula da Silva, descumprimento dos direitos dos indígenas, donos da terra, e destruição do meio ambiente natural, ainda é uma constante na Região Amazônica, como se vê a seguir, na reportagem de Poliana Casemiro, Emily M Costa, g1. 10/01/2024 - 05h02. (p. 1).

**Crianças desnutridas** com os ossos à mostra. Explosão de **casos de malária e virose**. Centenas de mortes. **Rios poluídos** tomados pela lama. O **garimpo ilegal**, que nunca saiu totalmente, de volta com força no interior da Floresta Amazônica. Esse é o retrato da **Terra Indígena Yanomami** em janeiro de 2024, um ano após o governo **Lula decretar emergência de saúde pública na região**. Na ocasião, a **crise humanitária no maior território indígena do país** recebeu os holofotes do governo recém-empossado.

Houve uma mobilização de órgãos federais para prestar socorro àquela terra arrasada, com a visita de ministros e do próprio presidente a Roraima. **Imagens de pessoas extremamente magras e doentes chocaram o país**. A situação foi classificada por Lula **como genocídio**, e uma força-tarefa foi montada para atender os Yanomami e expulsar garimpeiros.

Hoje, porém, o **cenário ainda é devastador**. Uma das fotos exclusivas obtidas pelo **g1** tiradas dias atrás mostra uma criança de 1 ano e 9 meses com 5,3 kg, que é o peso de um bebê de três meses, segundo a **Organização Mundial de Saúde (OMS)**. Outra traz uma criança de 4 anos com 6,7 kg, o mesmo peso de um bebê de cinco meses. Numa terceira, um menino franzino de 11 anos tem apenas 15,4 kg, pouco mais do que deveria pesar uma criança de 2 anos. (Grifos da Repórter).

“Os **Yanomami** ainda estão **morrendo**, enquanto o **garimpo trabalha** livremente e a **saúde Yanomami** está **ruim**. Não melhorou. O **garimpo** minimizou em três meses, mas depois **voltou** de novo.” - Dário Kopenawa, liderança indígena. (Grifos nossos).

A imposição dos colonizadores, nesse caso acima, os brasileiros invasores da Região Amazônica, sedentos pelo ouro roubado e furtado das terras da União e dos indígenas e, à custa de políticas públicas com graves consequências humanitárias para o grupo indígena e para o meio ambiente natural, - é o mesmo tipo de agressões dos Portugueses na invasão do Brasil, a partir de 1500.

Esse modelo de ocupação territorial tem suas raízes nos moldes vigentes na República e no Imperialismo romano. É uma herança cultural. As práticas sociais brasileiras estão mais perto da plutocracia (governo dos ricos) e longe da justiça ideal para o século XXI. Tais práticas estão distantes da desejada democracia (governo do povo) que não pode ainda ser assim chamada: o Brasil é um país de impérios de empresários capitalistas (Patrícios romanos) e de famílias tradicionais de Políticos (Senado romano e Magistratura romana).

A administração da República dos romanos corresponde à existente no Brasil. Senado romano: Senado brasileiro; Magistratura romana: Câmara dos deputados brasileira; Consulado romano: Ministério do Exército e polícia brasileira; Pretores romanos: Ministério da Justiça brasileiro; Edil romano: Fiscalização do comércio brasileira; Censor romano: Censo brasileiro; e, Questor romano: Fisco brasileiro.

A organização das classes sociais da República romana também corresponde à existente no Brasil. Patrícios romanos: Classe alta brasileira; Plebeus romanos: Classe média brasileira; Escravizados romanos: Classe baixa brasileira; e, Clientes romanos: Pessoas que trabalham para a Classe alta, em troca de proteção e ascensão social. Por isso, a frase popularizada no Brasil: “Sabe com quem você está falando?”.

Ao escrever sobre a República romana, Bezerra (2024, p. 1) diz que “Os plebeus conseguiram organizar assembleias e promulgar leis que garantissem tantos direitos quanto tinham os patrícios.”, assim como as classes média e baixa brasileira conseguiram no Brasil, os mesmos direitos da classe alta. Entretanto, a velha cultura é mais poderosa que as leis que não são colocadas em prática ou são flexíveis a interpretações favoráveis aos mais ricos, a começar pelos Direitos fundamentais expressos pela Constituição brasileira de 1988: “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”.

Seja na Grécia ou mesmo no Egito, o papel da educação era de formar a elite seja para governar, seja para garantir o discurso. Ou seja, a escola nasce para formar o jovem da classe dominante. Para esse tipo de educação, os sofistas na Grécia antiga foram professores que ensinavam os jovens da classe rica, dominante, a discursar com arte, com a única finalidade de convencer os ouvintes acerca das ideias postas sobre e os problemas da época, em favor ou contra a administração pública, mas sem nenhum compromisso com a verdade. Isso se assemelha ou corresponde aos discursos dos políticos e dos cabos eleitorais brasileiros que visam

convencer a maioria dos eleitores, que são contaminados pela ignorância, sem formação escolar suficiente e sem consciência política.

É comparável a educação sofista grega com a história das manifestações de interesses dos Governos brasileiros e respectivas ações de intervenção governamental em relação à qualidade da comunicação social e da Educação no Brasil.

De 1500 a 1530, a presença dos portugueses no Brasil foi constante, mas em quantidades mínimas. Nesse tempo, em que a comunicação era verbal oral ou por meio de cartas, construíram feitorias ao longo do litoral, a cargo de feitores (postos militares), contra invasores, a exemplo de holandeses, franceses, ingleses e espanhóis. Também eram os lugares de embarque, especialmente do pau-brasil, por meio do trabalho dos indígenas, com a finalidade da fabricação de tinta vermelha, fabricação de móveis e de outros utensílios. Esses locais foram entrepostos comerciais, onde concentravam mercadorias e, também ocorriam assédios, opressão, exploração indevida, arbitrariedades maldosas e injustiças.

Naquele tempo, o interesse dos portugueses estava mais centrado no comércio com as Índias, a exemplo de perfumes, ouro, cavalos, escravos, açúcar, pimenta, cravo, canela, madeiras, cereais, penas de aves exóticas, pedras preciosas, porcelanas, sedas e outros tecidos finos buscados na Índia, para abastecer a burguesia europeia.

Em 1504, a primeira feitoria foi a de Fernando de Noronha, na ilha que viria a ser doada pelo Rei D. Manuel ao explorador Fernão de Loronha, se que tornaria a primeira capitania hereditária brasileira. Depois vieram as de Santa Cruz, de Cabo Frio, do Rio de Janeiro, de Igarassu e da Ilha de Itamaracá. A maior concentração de feitorias está em Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Santos.

Entretanto, de 1500 até 1530, o comércio com as Índias entrou em declínio, por diversas razões: concorrência de outros países, perdas provocadas pelos naufrágios, desorganização e corrupção da administração portuguesa, ataques de muçulmanos, de piratas e de corsários (Bezerra, 2024). O interesse da Coroa Portuguesa estava centrado exclusivamente no aumento da arrecadação em benefício próprio e da alta burguesia à qual a educação era destinada. O povo devia apenas servir à coroa e à nobreza por meio da prestação de todos os tipos de serviços. O analfabetismo era considerado como normal entre os membros das comunidades populares.

## 2 Uma estratégia da manutenção do poder: pobreza e ignorância

A partir de 1534, quando o comércio com as Índias havia diminuído quase por total, o Rei D. João III desativou todas as feitorias. Nesse mesmo ano, determinou que o primeiro Governador Geral, Martim Afonso de Sousa iniciasse o processo de colonização das terras do Brasil, de modo a explorá-las e povoá-las, por meio da divisão em capitanias hereditárias, que duraram apenas 16 anos, até 1550, por razões de corrupção e da falta de: habilidade administrativa dos donatários das terras; de recursos financeiros para investimentos; de mão de obra; e, aptidão para a convivência com os nativos, um problema de comunicação e difusão de informações.

A difusão de informações, por meio da edição e distribuição periódica de jornais, foi e é fator que contribui com o processo de comunicação, com a alfabetização, o aumento da consciência política e com o aumento do nível de educação de quem o jornal se destina. Portanto há de se considerar as noções da história do jornal no Brasil.

Há mais de 2 mil anos, no governo do imperador romano Júlio César (100 – 44 a. C), o jornal é um veículo de informação. O citado governante criou o primeiro jornal do mundo: a *Acta Diurna*, para divulgar suas conquistas militares. As informações eram grafadas em tábuas e fixadas nos muros de pontos estratégicos do Império.

Apesar dos portugueses e brasileiros serem da descendência greco-romana, o Brasil resistiu muito tempo para difundir o jornal. Em 1706, em Pernambuco, aconteceu a primeira tentativa de se instalar e funcionar a imprensa no país, por meio da impressão de uma Carta Régia, assinada por um monarca, ordenando que, aqui no Brasil, não se imprimissem livros e outros papéis.

Em 1747, Antônio Isidoro da Fonseca fez a segunda tentativa de impressão depois de adquirir em Lisboa, Portugal, um 'prelo', ou seja, uma máquina para fazer impressões manuais e a trouxe para o Brasil. Imprimiu dois textos e recebeu ordem para parar. Após quatro anos, ele teve negada a licença para instalar uma oficina de impressão. (Grifos nossos).

A terceira tentativa da imprensa brasileira foi em Vila Rica, Minas Gerais, em 1807. Entretanto essas três tentativas foram proibidas pelo domínio português. Manter a Colônia completamente dominada, nas trevas da ignorância, era objetivo

da Coroa que proibia qualquer tipo de trabalho de imprensa de livros ou jornais no país.

Fechar acesso à cultura para as colônias era essencial para a dominação, como ainda ocorre hoje no Brasil, a estratégia da ideologia dominante é manter os mais pobres na ignorância e, conseqüentemente, na pobreza. O legado dessa cultura, de manter a maioria pobre e a minoria rica, é que o Brasil ainda apresenta suas dificuldades educacionais. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), instituição que constata que, em 2021, entre os 76 países avaliados, o Brasil, membro da citada Organização, ocupa a 60ª posição na avaliação do *Programme for International Student Assessment (Pisa)*, que avalia conhecimentos de leitura, matemática e ciências dos adolescentes na faixa etária de 15 anos.

A edição autorizada do primeiro jornal no Brasil iniciou-se em 10 de setembro de 1808, com a chegada da família real portuguesa, que instituiu a 'Gazeta do Rio de Janeiro'. Os conteúdos de publicações eram vistoriados em censura prévia, para que a todos fossem favoráveis às ações do governo português, refugiado na colônia Brasil (Monte, 2024 - Grifos nossos).

Essa atitude governamental de manter o povo informado apenas das obras relevantes, que enaltecem o governo, ainda é uma estratégia adotada até este início de século XXI, pois os governantes inauguram obras com interesses eleitoreiros e, é prioridade a propaganda do que está sendo feito em números exponenciais que impressionam o povo, essencialmente em relação aos setores da saúde, segurança, educação e, recentemente, da preservação do meio ambiente natural.

Não existiu Educação no Brasil do ano de 1500 até 1549, nem existiram meios de comunicação social, como os jornais, até 1808.

Em março de 1549, chegou ao Brasil à expedição do Governador Geral Tomé de Sousa, filho ilegítimo de Dom João de Sousa e dona Mércia Rodrigues de Faria, membro da nobreza lusitana, com experiência militar e administrativa. Trouxe mais de mil homens para protegerem o litoral. Fundou a cidade de Salvador em 29 de março de 1549. Edificou ali a Casa da Câmara, a residência do Governador, o Colégio dos Jesuítas e a Igreja Matriz. Incentivou o comércio e a plantação da cana-de-açúcar. Criou o primeiro bispado do Brasil. Instalou o sistema político-administrativo do Governo-geral. Criou os cargos de capitão-mor, ouvidor e de provedor para ações administrativas, militares e judiciais da colônia (Sousa, 2024).

Tomé de Sousa trouxe os padres jesuítas, liderados por Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, com o objetivo de catequizar os povos nativos. A catequização exigiu a leitura, que resultou em alfabetização, como um meio de educar os indígenas, segundo os princípios do Catolicismo.

Portanto, 49 anos após a chegada dos portugueses, no governo de Tomé de Sousa, houve a primeira manifestação em relação à educação no Brasil, quando os jesuítas tornam-se os primeiros educadores do Brasil. Construíram locais chamados 'missões', em que catequizavam os nativos dos quais usavam a mão de obra nas atividades agropecuárias para o sustento das missões. Nas instalações dos aldeamentos, havia escolas, oficinas de artesanato, cabanas para residência dos indígenas protegidos da violência dos colonos, capelas e a casa dos padres (Grifos nossos).

Os padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, em 25 de janeiro de 1554, fundaram o Colégio Real Jesuíta, na missão da vila São Paulo dos Campos de Piratininga, da Capitania de São Vicente, o primeiro nome do município de São Paulo, capital do Estado.

Os jesuítas fundaram muitas escolas e universidades, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC), que são referências até hoje. Também foram importantes para a preservação da língua tupi-guarani e criaram colégios e escolas em todo o Brasil. Essas instituições desempenharam um papel relevante na educação da elite colonial. Alguns jesuítas destacaram-se como cientistas e intelectuais, em contribuições significativas para o avanço do conhecimento em áreas como astronomia, geografia e outros campos (Campos, 2024).

Os jesuítas ainda foram pioneiros na pesquisa científica e na preservação da fauna e da flora brasileiras, e catalogaram diversas espécies de animais e plantas. Instituíram o primeiro observatório astronômico na colônia em 1730, no Morro do Castelo, no Rio de Janeiro. Em 1780, os astrônomos portugueses Sanches d'Orta e Oliveira Barbosa criaram, no mesmo local, um observatório onde eram feitos estudos de astronomia, meteorologia e magnetismo terrestre (Neves, 2024).

Na primeira metade do século XVIII, os colonos portugueses opuseram-se aos jesuítas, porque estes tinham grande poder político, econômico e eram contrários à escravização dos índios. Marquês de Pombal viu os jesuítas como detentores de muitos bens e poder de modo a concorrer com o governo da colônia do Brasil e não acatar ordens, e convenceu o Rei de Portugal, Dom José I, a

expulsá-los em 3 de setembro de 1759. Os jesuítas foram forçados a abandonar suas missões, escolas e grandes propriedades, confiscadas pelo Estado, sua influência foi substancialmente enfraquecida e seus trabalhos encerrados.

A segunda manifestação de ações governamentais para a educação ocorreu quando o plano de Marquês de Pombal em relação à educação foi criar escolas públicas de ler, escrever e fazer contas, de nível secundário, obedientes ao iluminismo e, à propagação das ciências. O objetivo dele era utilizar-se da instrução pública como instrumento ideológico e dominar e diminuir a ignorância impregnada na sociedade. Entretanto, os concursos para selecionar professores, apesar de não encontrar candidatos suficientes, selecionaram os que não tinham qualificação adequada e, portanto, a educação fracassou em todos os sentidos, pela falta de qualidade, escassez de recursos e de profissionais. As escolas com cursos graduados e sistematizados foram criadas somente em 1776, 17 anos após a expulsão dos jesuítas. Mesmo assim, atenderam restritamente à classe burguesa (Grifos nossos).

Os jesuítas retornaram em 1653 e retomaram colégios e seminários dos quais haviam sido expulsos em 1759.

Ainda no império de Dom Pedro II – um convicto defensor e propagador das ciências, das artes, da educação e da cultura – a terceira manifestação em relação à qualidade da Educação no Brasil está explícita na ideia da criação de um museu pedagógico no Império do Brasil em 1882, inspirada na reforma do ensino realizada pelo ministro Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, com o apoio do parecer do projeto de Rui Barbosa em relação ao ensino primário:

Uma reforma radical do ensino público é a primeira de todas as necessidades da pátria, amesquinhada pelo desprezo da cultura científica e pela insigne deseducação do povo. Sob esta invocação conservadores e liberais, no Brasil, podem reunir-se em um terreno neutro: o de uma reforma que não transija com a rotina. Num país onde o ensino não existe, quem disser que é conservador em matéria de ensino volve as costas ao futuro, e desposa os interesses da ignorância (Barbosa, R. 1982, p. 143 -Grifos nossos).

A quarta manifestação está constatada na iniciativa de Benjamin Constant, enquanto gestor do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, no governo provisório do general Manoel Deodoro da Fonseca, ao instituir, por meio do Decreto n. 667, de 16 de agosto de 1890, o *Pedagogium*, um museu pedagógico para reformas educacionais, com o objetivo de melhorar a educação nacional, por

meio: a) da formação e capacitação continuada de docentes de instituições públicas e privadas; b) da promoção de conferências e cursos científicos, concursos para os livros e material das escolas primárias; c) das exposições escolares anuais; d) da criação de laboratórios para o estudo de ciências físicas biológicas; e) da instituição de classes de desenho e trabalhos manuais; f) de uma escola primária modelo; e, g) da publicação da *Revista Pedagógica*, um periódico de divulgação das ideias e propostas discutidas no órgão, com grande repercussão à época e que pode ser considerado um precursor da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. (Brasil, 1890, p. 3.464 - Grifos nossos).

Em 1930, no governo de Getúlio Vargas, a necessidade de soluções para os problemas educacionais brasileiros tornou-se premente. O *Pedagogium* havia deixado uma lacuna que foi suprida, a partir de 1934, por uma Diretoria Nacional de Educação, a qual desenvolvia alguns estudos sistematizados acerca da educação em todo o Brasil. Então a quinta manifestação de atenção do Governo à qualidade da Educação no Brasil é o Art. 39 da Lei 378, de 15 de janeiro de 1937, ao determinar:

Fica creado o Instituto Nacional de Pedagogia, para fazer pesquisas sobre os problemas do ensino, nos seus diferentes aspectos.

**Paragrafo único.** Fica instituída, como parte integrante do Instituto Nacional de Pedagogia, a Comissão de Literatura Infantil, que terá por objetivo estudar o problema da literatura destinada às crianças e aos adolescentes<sup>3</sup> (Brasil, 1937 - Grifos nossos).

Enfim, depois de criadas as escolas públicas de Educação Básica e Superior, e da ideia da avaliação institucional das escolas de Educação Básica, das Faculdades e das Universidades, incluiu-se a avaliação do Desempenho dos estudantes na década de 1980, mas sua efetivação ocorreu em 1989, em que foi criado o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), com a 1ª edição em 1990; e, o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), com a 1ª edição em 1993. Este Programa iniciou o processo de avaliações e sofreu transformações, até se identificar como Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (Enade), por meio da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Este processo de avaliação externa, realizada pelo Poder Público, ficou plenamente assegurado a partir da Lei n. 9.394, de 20/12/1996, Art. 7º:

---

<sup>3</sup> Ortografia conforme norma padrão da língua portuguesa da época.

O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I – **cumprimento das normas gerais da educação nacional** e do respectivo sistema de ensino;

II – autorização de funcionamento e **avaliação de qualidade** pelo Poder Público;

III – capacidade de **autofinanciamento**, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal (Brasil, 1996, p. 1). (Grifos nossos).

A aplicação da citada legislação resulta no fato de que a educação privada passa a ser autofinanciada, de modo que a família arca com seus custos e, ao Estado, compete apenas à regulação e o controle desse serviço, por meio da criação de mecanismos de credenciamento, avaliação e credenciamento. Essas prescrições legais são resultantes das influências da mundialização dos interesses econômicos, que ficam submissas a modelos externos de intervenção do Poder Público na Educação.

Organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), impõem formas de distribuição do orçamento educacional ao Estado brasileiro.

Estudos qualitativos de Feldmann, Souza e Heinzle (2016, p. 605) “sobre a avaliação no ensino superior no que tange às condições de produção das avaliações no cenário mundial e nacional”, com o objetivo de “a) analisar as posições-sujeito do Estado e dos coordenadores de cursos de graduação; e, b) compreender as influências das políticas de avaliação nos currículos da Educação Superior” chegaram aos achados de que “tais posições são interpeladas tanto pelos efeitos ideológicos do Estado, quanto pela posição-sujeito de coordenador/gestor de curso e produzem efeitos de sentido de acatamento, regulação e/ou controle e resistência e/ou descontentamento”.

Assim, as Instituições de Educação Superior (IES) e respectivos cursos ficam com suas autonomias e liberdades restritas às condições do processo avaliativo externo de forma imperiosa, segundo os preceitos de um Formulário de Avaliação de curso de graduação ou da IES), sob pena até da negação do credenciamento para o exercício de suas atividades (Grifos nossos).

É da natureza humana o fato de que qualquer imposição implica em algum tipo de reação, que gera contradições, como entendem Canan e Eloy (2016, p. 628):

O ENADE apresenta elementos que são contraditórios, ou seja, se por um lado ele permite que se pense na qualificação dos cursos sob vários aspectos, como a infraestrutura, corpo docente e a organização que deve atender a padrões mínimos de qualidade, por outro, não revela, profundamente o nível de conhecimento profissional, pois há certo

“mascaramento” nos resultados frente aos momentos preparatórios que antecedem às provas e até mesmo há possibilidade de boicote por parte dos alunos.

Com estas restrições, os sujeitos das IES não resistem à ideia de avaliações interna e externa, mas resistem às intervenções do Estado de forma imperiosa, a partir do formulário de avaliação único a que são submetidos, sem considerar as especificidades de cada Instituição e a demanda a que atendem nas diversidades locais e regionais do extenso território brasileiro (Grifos nossos).

O que é evidentemente contraditório é o fato de que Estado, mantenedor da Educação Básica, omite-se em não avaliar as condições de oferta da Educação nas escolas públicas gratuitas, a exemplo de prédios, salas de aula, cadeiras, mesas, refeitórios, banheiros, laboratórios, bibliotecas, sistemas de informática e computadores a serviço dos estudantes e professores, espaços para atividades especiais, espaços para educação física e lazer dos estudantes, dentre outros. Avalia só e somente só o desempenho dos estudantes do Ensino Fundamental, em provas periódicas, sem realizar nenhum tipo de recomendação para a escola, e oferece o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a cada ano, de modo que o estudante concluinte ou que já concluiu o Ensino Médio possa inscrever-se, pagar uma taxa de despesas com o Exame e realizá-lo em dia e hora previamente comunicados.

Caso o resultado do Enem for de sucesso, o estudante terá direitos e vantagens para cursar a Educação Superior na escola pública ‘gratuita’, via Sistema de Seleção (Sisu); e, na IES privada, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni). Entretanto, são raros os estudantes que conseguem sucesso no Enem e ingressam em cursos de Educação Superior de Escolas públicas gratuitas, visto que a qualidade da Educação básica pública é insatisfatória.

No Brasil, os estudantes da burguesia ingressam na Educação Básica das escolas particulares bem estruturadas que oferecem um ensino de alta qualidade. O conflitante é o fato de que esses estudantes que concluem o Ensino Médio nas Escolas particulares conseguem resultados satisfatórios nas provas dos vestibulares das Escolas públicas e cursam a Educação superior gratuita. Ao contrário disso, os estudantes que concluem o Ensino Médio nas Escolas públicas não conseguem classificação nos vestibulares das instituições públicas gratuitas de Educação superior e interrompem os estudos ou, com muitas dificuldades, ingressam em

cursos de mensalidades mais baixas das escolas de Educação superior privadas, onde não há concorrências para o ingresso.

Outro problema da Educação, nomeadamente a superior da iniciativa privada, neste início de século XXI, é a sua constante mercantilização, em forma de quem vende a melhor e mais barata educação de ‘qualidade’. Esse modelo de Educação ‘superior’ retira dela a pesquisa, sua mais evidente/importante característica e, por isso restam-lhe o ensino e a extensão. Entretanto, para haver a verdadeira extensão, é necessário que ela seja o resultado da pesquisa aplicado ao bem social. Logo, a Educação ‘superior’ mercantilizada centra-se exclusivamente no ensino, e por isso, deixa de ser superior. Essa é uma herança também dos romanos e portugueses, no tempo em que viviam da invasão de terras alheias em busca de riquezas naturais, do escravagismo e do mercantilismo.

### **3 Ganância das elites e dos representantes do povo: desigualdades e injustiças**

A ambição da classe rica dominante e a ganância dos representantes do povo brasileiro têm determinado severas desigualdades e injustiças nos destinos políticos, econômicos e sociais do país, em sucessivos governos.

A questão agrava-se, visto a fragilidade da Legislação brasileira que, quando existe, permanece distante das práticas sociais e que, em muitos casos, ao invés de determinar: “o infrator *será* punido e, em *todos* os casos *pagará* multa”, sugere: “o infrator *poderá* ser punido e, em *determinados* casos *poderá* pagar multa...”, conforme as conveniências e arbitrariedades dos juízes. Isso ocorreu e ocorre, justamente para viabilizar protecionismos e interesses particulares e ou de pequenos grupos, todos a camuflarem a verdade, a Justiça e a difundirem a ideia de estarem a zelar pelo bem social.

São viciosos e ilusórios, também, os discursos dos candidatos a cargos públicos, nas sucessivas eleições que, historicamente, primam por assistencialismos. Os candidatos fazem as mesmas promessas de soluções para problemas que não resolvem, convenientemente, referentes aos direitos legítimos à dignidade humana de classes sociais e etnias vulneráveis ao desamparo, a exemplo do uso e fruto, com boa qualidade, dos itens: energia elétrica; asfalto; nascentes e

mananciais de água; utilização do solo; habitação; emprego; transporte; ar; água; esgoto; alimentação; segurança; esportes; educação; e, saúde.

Observados os conteúdos dos discursos dos candidatos, ao invés de apresentarem consistentes propostas de planos de governo, os concorrentes utilizam a maior parte do tempo com vergonhosas acusações mútuas de fragilidades e negativismos pessoais. Entretanto, essa estratégia tem dado certo e atinge a maioria dos eleitores brasileiros, cuja escolaridade é baixa ou inexistente.

A primeira razão é que tais negativismos e notícias trágicas são sensacionalistas e, por isso, alimentam a curiosidade, criam ilusionismos quanto ao desejo de autoafirmação, de amenização da ansiedade e da desesperança do eleitor que já está desamparado e em dificuldades econômicas, financeiras e ou em relacionamentos contaminados por violência material, física ou psicológica.

A segunda razão é que os citados negativismos, notícias trágicas e ou sensacionalistas consomem as energias do pensamento, afetam, adoecem as habilidades de análises cognitivas e diminuem a imunidade física dos eleitores mencionados.

E, a terceira razão é que esses eleitores, já vencidos pelo cansaço e sem nenhuma consciência nem política, nem de seus próprios direitos, tornam-se meios eficazes de manipulação dos políticos. São esses que somam a maioria dos eleitores brasileiros.

Em comprovação de severas desigualdades e injustiças, Garciada (CNN – Brasília, 2024) comunica que “Dados do relatório da Oxfam, que discute a relação das desigualdades e o poder corporativo global, mostram que 63% da riqueza do Brasil está nas mãos de 1% da população.” Os 50% mais pobres detêm apenas 2% do patrimônio do país. O relatório foi divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, realizado de 20 a 24 de janeiro de 2025, que reuniu a elite do mundo corporativo em Davos, na Suíça. Segundo o documento, 0,01% do povo brasileiro possuem 27% dos ativos financeiros: bens ou direitos que uma empresa ou pessoa possui e que podem gerar rendimentos. “Fica nítido que a propriedade de ações e participações, em termos econômicos, reflete uma plutocracia e não uma democracia”, afirma o documento. “No Brasil, a desigualdade de renda e riqueza anda em paralelo com a desigualdade racial e de gênero. Os especialistas destacam também a desigualdade racial, que, em média, a renda dos brancos está mais de 70% acima da renda da população negra. Nossos super-ricos são praticamente todos homens e brancos”, disse Kátia Maia, diretora executiva da Oxfam Brasil.

As severas desigualdades e injustiças no Brasil dessa segunda década do século XXI é uma herança dos romanos e dos portugueses, estes que implantaram a escravidão ao traficarem cerca de oito milhões de negros vindos da África a partir de 1530. Os escravos negros, chamados de “peças” e não de “pessoas”, instrumentos de trabalhos forçados, na mineração, no trabalho rural e urbano, nos transportes e em todos os afazeres que exigissem dedicação e força dos braços, em troca de maus tratos, má alimentação e habitações inóspitas, causadoras de enfraquecimento e doenças.

Em 1888, a Lei da Princesa Isabel diz que foram libertos da escravidão oficial, mas, na verdade até o início deste século XXI (2025), negros se mestiçaram com índios e brancos, de modo a gerar a população dos pardos que já soma 55,5% desde o Censo de 2022, segundo o IBGE. Isso significa que predominantemente essa população de 55,5% composta por negros e pardos compõem as classes mais baixas ou sacrificadas pelo preconceito e pela raridade de boas oportunidades de educação e trabalho.

É fato que os escravos negros libertos em 1888 encontraram as periferias das cidades da época para erguerem suas habitações precárias, cujos nomes são favelas, em razão da planta chamada “favela”, que crescia em abundância nas encostas no Morro da Providência, no Rio de Janeiro, o primeiro que acolheu os negros libertos da escravidão. Os negros das favelas se organizaram para viver e serem respeitados de modo a desenvolverem estratégias de ataques violentos a quem fosse e ainda for lhes causar quaisquer tipos de incômodos. A capoeira que, ainda escravizados, trouxeram da África foi e é um tipo de luta em forma de dança, como mecanismo de autodefesa e preservação de suas identidades culturais. A mais tradicional preserva as raízes africanas, como a capoeira angola na Bahia. A população dos favelados é lembrada pelos políticos principalmente durante as campanhas eleitorais no Brasil, assim como as classes baixas recebiam benefícios dos políticos do Império Romano, mecanismo de alienação, em troca de prestígio.

Assim, o Coliseu romano inaugurado em 80 d. C. era um local para distribuição de alimentos; lutas de gladiadores; simulações de batalhas navais; caçadas com ataques a animais selvagens; corridas de brigas sangrentas de duas carroças com dois ou quatro cavalos; e acrobacias. Todas as apresentações resultavam em muito derramamento de sangue, para entretenimento do povo romano, o que ficou conhecido como a política do “pão e circo”, estratégia dos

líderes políticos para se manterem no poder com a confiança do povo ignorante de seus direitos, em troca trigo e espetáculo público.

A herança romana do Coliseu corresponde aos circos de lona que viajam de cidade em cidade pelo Brasil afora e aos Estádios para jogos de futebol e as transmissões via rádio e televisão, também com a finalidade de divertir o povo trabalhador, enquanto tira-lhe a oportunidade de reunir-se nos dias de folga para pensar e debater acerca da situação política e econômica do país e de sua própria condição de trabalhador assalariado e explorado.

Feitosa e Granetto (2022, p. 169) entendem que o assistencialismo governamental brasileiro seja o mesmo “mecanismo de alienação da população pelo Estado, por afastá-la das grandes questões políticas e necessidades do país, à semelhança do procedimento operado pelos imperadores romanos.”

Outras práticas dos políticos brasileiros, como a corrupção, em todos os tempos são congêneres às do Império romano, como Feitosa e Granetto (2022, p. 175) alertam que no Império romano,

considerado como degenerado e imerso em vícios, [...] destacam-se a corrupção, os espetáculos das arenas, anfiteatros e outros locais públicos, tidos como palcos de sangrentas brutalidades; a sede de sangue e diversão por parte dos espectadores desses jogos; e, afinal, a apatia e a vida ociosa da plebe romana, que desejaria viver apenas do ‘pão e circo’[...].

Isso é como se nos jogos em estádios de futebol do Brasil, as inexplicáveis violentas torcidas organizadas ocupassem os ‘locais públicos, tidos como palcos de sangrentas brutalidades’, com ‘sede de sangue e diversão.’

Nesse contexto de comparações, a prática do evergetismo (eu lhes faço o bem) dos romanos transladou-se para o ideário dos políticos no Brasil. Tal prática consiste em ofertar doações significativas à comunidade, como novos bens públicos, a exemplo de praças de esporte e lazer, hospitais, escolas, linhas de transporte coletivo, rede de água, esgoto, asfalto, conjunto de casas populares, distribuição de alimentos ou dinheiro, como tantas bolsas ofertadas aos estudantes, mães solteiras e famílias de baixa renda, em eventos solenes para inaugurações, com inflamados discursos das autoridades políticas. Estas não mencionam em nenhum momento o fato de estarem a cumprir com suas rotinas de obrigações, nem o fato de que todos os recursos utilizados em obras ou no assistencialismo são resultantes da cobrança de um grande número de impostos sobre rendimentos de pessoas físicas, produtos, serviços, bens móveis e imóveis.

Contraditoriamente, as mensagens obrigatórias de todas as autoridades políticas sempre foram e são do tipo: *'eu fiz tudo isso, na minha 'luta' incansável em benefício do meu povo... Faço o bem sem olhar a quem e por isso, peço os votos ao meu povo, mais uma vez!'* Entretanto, omite a causa do desejo de se manter no poder político, em sucessivos mandatos.

Tanto ânsia pelo poder político quanto o poder político em si parecem 'hereditários' no Brasil, como foram no Império Romano. Em famílias ricas ou que se enriquecem via atividades políticas (ilícitas), há sempre a propagação de que fazem o bem aos menos favorecidos, e a sucessão vai do pai ao filho, ao neto e, ao bisneto etc., de forma estratégica e tradicional, para manutenção do *status* e da imagem social de boas referências. Na citada propagação, é notório o termo "luta" (sentido figurado, conotativo) no discurso que está profundamente incutido no inconsciente dos brasileiros, herdado, com certeza da ideia de 'luta', traduzida do Latim: *'lucta'* sangrenta (sentido original, denotativo) de dois gladiadores, em que um deles era brutalmente morto na arena romana.

Os escravos e os plebeus romanos também não tinha acesso à escola e não aprendiam nem a ler nem a escrever, mas os filhos dos patrícios tinham acesso à educação da elite e de qualidade para a época. Essa citada herança cultural no âmbito da educação estende-se também ao assistencialismo financeiro: programas sociais como Bolsa família, Bolsa maternidade e doação de alimentos (*Panem et circenses*), no lugar de educação com a máxima qualidade que capacita para a cidadania e o trabalho.

Além de tais fragilidades, vícios e ilusões, em 2023, o Brasil ocupava o 62º lugar no *ranking* mundial em qualidade da educação e, supõe-se por isso, que a legislação brasileira não exige do candidato, no ato do registro da candidatura, um currículo com formação completa em nível nem fundamental, nem médio e, nem superior.

Nos discursos dos eleitos, para impressionar e despertar a confiança e a esperança dos eleitores é notório a repetição exagerada do termo "luta", no sentido figurado, conotativo, como sinônimo de "dedicação", o que está profundamente incutido no inconsciente, herança, com certeza da 'luta' sangrenta dos gladiadores, na arena romana, no sentido original, denotativo, que distraía e divertia gratuitamente as classes menos favorecidas em Roma.

Outro fato da citada herança cultural é que todos os eleitos exercem seus mandatos esquecidos das promessas de campanha, para que elas possam ser as

mesmas nas próximas eleições, para as quais se candidatam novamente, porque todos os eleitos querem, pelas vantagens das quais usufruem, ser reeleitos por sucessivos mandatos. Quanto ao perfil dos eleitores nas eleições para prefeitos em 2024, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que dos 212,6 milhões de habitantes, 155 milhões votam. Dentre estes, apenas 27% concluíram ensino médio e 10,75 formação superior, a somar 37,75% dos eleitores, número insuficiente para eleger um candidato.

Nesse contexto, sobram 62,25% dos eleitores com nenhum ou baixo grau de escolaridade, baixa renda e, conseqüentemente, vulneráveis a manipulações de candidatos que negociam votos com recompensas insignificantes. E o pior ainda, é que o quantitativo de 62,25% é suficiente, de sobra, para eleger o candidato, enquanto não faz efeito a quantidade de votos dos 37,75% de eleitores que, basicamente têm formação escolar e, provavelmente, consciência política.

### **Considerações finais**

O que este estudo reitera de essencial é que tratar da história de um povo implica em conhecer sua língua e sua cultura, no íntimo das quais estão inseridas todas as informações acerca de suas origens, espaços ocupados, atividades econômicas exercidas e formas de organização da hierarquia social, crenças, valores e fragilidades. O caso aqui enfocado foi a herança greco-romana aos brasileiros: poder da língua e da cultura.

A violência física, moral e psicológica, enquanto herança cultural romana praticada pelos Patrícios sobre plebeus e escravos, ou seja, dominantes sobre dominados, é uma relação que mudou de nome: patrões (Instituições públicas ou privadas), sobre empregados ou colaboradores.

Esta investigação confirma que a manutenção da ignorância da grande maioria das pessoas paupérrimas, pobres ou de poder aquisitivo médio, com baixa formação escolar é uma estratégia de manutenção do poder dos ricos e políticos: uma herança cultural romana. Um exemplo distinto desta herança é o fato histórico que permeia toda História do Brasil, em que a Educação ofertada pela escola pública de péssima qualidade é o tipo ainda presente nesta segunda década do século XXI. De um lado os estudantes ricos usufruem das escolas de elite, enquanto os pobres desistem dos estudos na escola pública sem qualidade para se dedicarem à servidão no trabalho com baixa remuneração.

A terceira e última parte deste estudo trata da ganância da classe dominante e dos representantes do povo. A classe rica dominante e os representantes do povo gananciosos, numa relação de parceria, disseminam o assistencialismo às pessoas pobres que não estão em condições nem físicas nem psicológicas para manifestam suas consciências políticas, nem as noções dos próprios direitos. Tais fatos permitem a manutenção dos soberanos com promessas aos pobres servos fiéis que vivem das esperanças, gerações após gerações.

Foi como o dito acima que a elite romana se organizou e enviou soldados que lutaram com a força bruta da espada, até expandirem tanto os espaços geográficos com riquezas a serem exploradas que depois de um período de mais de mil anos, não conseguiam mais nem administrá-los, nem manterem as relações entre patrícios e plebeus e escravos.

Em suma, é de se compreender que a herança greco-romana aos brasileiros ainda prevalece com indicadores de muitas fragilidades. Dentre estas, a maior é a negação à Educação formal de qualidade geradora de violência física, moral e psicológica. É certo que o desenvolvimento do Brasil depende do desenvolvimento dos brasileiros e não há, na História mundial, nenhum povo da civilização atual que se desenvolveu, a não ser por meio de Educação formal de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Luíza Mello Santiago de. Escravidão no Brasil. **InfoEscola**, 2025. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/escravidao-no-brasil/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

AUDI, Amanda. Mulheres eram forçadas a engravidar em fazendas de reprodução de escravizados. **Publica**, 23 jan. 2025. Disponível em: <https://apublica.org/2025/01/mulheres-eram-forçadas-a-engravidar-em-fazendas-de-reproducao-de-escravizados/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982.

BEZERRA, Eudes. **Feitorias**: o que eram as feitorias portuguesas? 2024. Disponível em: <https://incrivelhistoria.com.br/feitorias-portuguesas-colonialismo/>. Acesso em: 23 maio 2024.

BEZERRA, Juliana. República Romana. **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/republica-romana/>. Acesso em: 4 jan. 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Brasil tem mais de 155 milhões de eleitoras e eleitores aptos a votar em 2024**. 22 jul. 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/brasil-tem-mais-de-155-milhoes-de-eleitoras-e-eleitores-aptos-a-votar-em-2024>. Acesso em: 1º nov. 2024.

BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. **DOU**, n. 72, Brasília, DF, Seção 1, quinta-feira, 15 abr. 2004.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTWE1EeFpWTb1a>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n. 378 de 13 de janeiro de 1937**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=378&ano=1937&ato=fc90TSU1EejpXT530>. Acesso em: 28 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 667, de 16 de agosto de 1890**. Cria um estabelecimento de ensino profissional sob a denominação de Pedagogium. Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, fascículo 8, p. 1.877, 1890.

CAMPOS, Tiago Soares. Companhia de Jesus: o que foi, resumo, objetivos. Mundo Educação, **UOL**, 2024. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/companhia-de-jesus.htm>. Acesso em: 15 maio 2024.

CANAN, S. R.; ELOY, V. T. Políticas de avaliação em larga escala: o Enade interfere na gestão dos cursos? **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 11, n. 3, p. 621-640, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/8996/5250>. Acesso em: 01 out. 2017.

CASEMIRO, Poliana; COSTA, Emily M. Retorno do garimpo, desnutrição, avanço da malária e mortes: o raio X da Terra Yanomami 1 ano após governo Lula decretar emergência. **G1**, 10 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/01/10/retorno-do-garimpo-desnutricao-avanco-da-malaria-e-mortes-o-raio-x-da-terra-yanomami-1-ano-apos-governo-lula-decretar-emergencia.ghtml>. Acesso em: 9 maio 2024.

DIAS, Anderson. **Política do Pão e Circo**. 22 nov. 2007. Disponível em: <http://www.parafrasear.net/2007/11/politica-do-po-e-circo.html>. Acesso em: 9 maio 2024.

ESTADÃO. Mortes em reserva Yanomami sobem um ano após Lula decretar emergência. **UOL**, São Paulo, 22 fev. 2024. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/02/22/mortes-em-reserva-yanomami-sobem-um-ano-apos-lula-decretar-emergencia.htm>. Acesso em: 16 set. 2024.

FEITOSA, Lourdes M. G. C.; GRANETTO, Daniel Roberto R. Representações do conceito “Pão e Circo” em Roma e no Brasil: um estudo comparativo. **PHOÏNIX**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 163-178, 2022.

FELDMAN, T.; SOUZA, O. de; HEINZLE, M.R.S. As posições-sujeitos (Estado e gestores) diante das avaliações em larga escala no Ensino Superior brasileiro. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 11, n. 3, p. 1-16, set./dez. 2016.

FERREIRA, L. N. **Violência e infância na Grécia antiga**: três aspectos de uma problemática. Idades e gênero na literatura e na arte da Grécia antiga. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

FERREIRA JUNIOR, Jair Messias. Consequências da escravidão no Brasil. **UOL**, Escola kids, 2024. Disponível em: <https://escolakids.uol.com.br/historia/as-consequencias-do-fim-da-escravidao-no-brasil.htm>. Acesso em: 6 jun. 2024.

GARCIA, Gabriel. Desigualdade: 63% da riqueza do Brasil está nas mãos de 1% da população, diz relatório da Oxfam. **CNN**, Brasília, 14 jan. 2024. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/companhia-de-jesus.htm>. Acesso em: 20 abr. 2024.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELLO, Pedro Carvalho de. Estimativa da Longevidade de Escravos no Brasil na Segunda Metade do Século XIX. **Estudos Econômicos**, v. 13, n. 1, p. 151-179, jan./abr. 1983.

MONTE, Tiago. Jornal: um documento histórico. **TN Sul**. Portal de Notícias. 2024. Disponível em: <https://tnsul.com/2024/04/09/jornal-um-documento-historico/#:~:text=O%20jornal%20%C3%A9%20um%20ve%C3%ADculo%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o%20utilizado,ata%20foi%20considerado%20o%20primeiro%20jornal%20do%20mundo>. Acesso em: 28 maio 2024.

NEVES, Daniel. O que eram os Jesuítas? **Brasil Escola**. 2024. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-eram-os-jesuitas.htm>. Acesso em: 28 maio 2024.

OLIVEIRA, A. E. **O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes da educação superior (Enade) na percepção dos coordenadores de cursos de licenciaturas da PUC-GO**: repercussões e resultados. 2019. 165 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

PEREIRA, Tulio Augusto de Paiva. A igreja católica e a escravidão negra no Brasil a partir do século XVI. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, ano 3, ed. 5, v. 5, p. 14-31, Maio de 2018. ISSN: 2448-0959. Disponível em:

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/igreja-catolica>. Acesso em: 8 fev. 2024.

PINHONI, Marina; CROQUER, Gabriel. Censo 2022: pela 1ª vez, Brasil se declara mais pardo que branco; populações preta e indígena também crescem. **G1**, 22 dez. 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/centso/noticia/2023/12/22/centso-2022-cor-ou-raca.ghtml>. Acesso em: 5 fev. 2024.

SILVA, Maria da Penha. Mulheres negras: sua participação histórica na sociedade escravista. *Cadernos Imbondeiro*, João Pessoa, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/VqyFt8ZPb5vLyGzfD7YFDXv/#:~:text=Este%20artigo%20procura%20refletir%20sobre%20aspectos%20da%20história,de%20sua%20atual%20inserção%20no%20mercado%20de%20trabalho>.

SOUSA, Rainer Gonçalves. Governo de Tomé de Sousa. *Mundo Educação*, 2024. Disponível em:

<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil//historiadobrasil/governo-tome-sousa.htm>. Acesso em: 15 maio 2024.

Agência o Globo

Agência de notícias

Publicado em 18 de junho de 2024 às 11h01.

SAKAMOTO. Leonardo Moretti. Genocídio indígena no Brasil. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Genocídio\\_indígena\\_no\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Genocídio_indígena_no_Brasil). Genocídio indígena no Brasil – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org).

LINS, Luiza; ALVES BRASIL Julia; e CABECINHAS, Rosa. «“A história do meu país”: reflexões sobre a memória social e os futuros do passado nas narrativas de jovens portugueses», *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 133 | 2024, publicado a 23 maio 2024, consultado a 06 fevereiro 2025. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/15585>; DOI: <https://doi.org/10.4000/11pr6>

HIGA, Carlos César. *Escravidão indígena*; Brasil Escola.

Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/escravidao-indigena.htm>. Acesso em 06 de fevereiro de 2025.

SILVA, Daniel Neves. *Escravidão no Brasil*: formas de resistência; Brasil Escola.

Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/a-resistencia-dos-escravos.htm>. Acesso em 06 de fevereiro de 2025.

RODRIGUES, Jaime. Navio Negreiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BEZERRA, Juliana. *Navios Negreiros*. Revisão de Ligia Lemos de Castro. (2018)

Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/navios-negreiros/>.

